PEDAGOGIA HOSPITALAR

SUZANA KELLY ALMEIDA DO NASCIMENTO

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo investigar os benefícios das atividades pedagógicas no ambiente hospitalar e como podem promover o desenvolvimento socioafetivo de crianças e adolescentes hospitalizados, estando assim privados de participar de seu meio sociocultural e escolar.

Analisando ao longo da história podemos perceber que a medicina passou a preocupar com a doença deixando de lado os fatores emocionais e afetivos dos pacientes.

Com base nos estudos coletados buscamos explanar como se dá o desenvolvimento infantil em busca de mostrar a importância do acompanhamento familiar e escolar para o aluno paciente.

Para garantir o direito a escolaridade, as classes hospitalares são apoiadas por diversas leis que vigoram em nosso país, as quais faremos citações no decorrer deste estudo.

Ademais, demonstraremos a importância do trabalho pedagógico neste ambiente, já que o professor da Classe Hospitalar é o elemento que cria um vínculo afetivo com o aluno paciente, propiciando condições de bem-estar e consequentemente auxilia na melhoria das condições deste aluno.

PALAVRAS-CHAVE: 1 Classe hospitalar; 2 aprendizagens; 3. Professor;

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo, apresentar um breve relato sobre a Trajetória Histórica da Pedagogia Hospitalar Brasileira, caracterizando o seu surgimento e algumas das razões que levaram a pensar na inserção do pedagogo no ambiente hospitalar. A escolha do tema geral Classe Hospitalar justifica-se por ser um assunto novo, não muito explorado e divulgado, um novo espaço em que o pedagogo pode atuar, podendo se tornar um integrante importantíssimo da equipe hospitalar.

As fontes para esta pesquisa mostraram-se restritas uma vez que foram localizadas

pouquíssimas pesquisas e publicações para a pesquisa documental;

Ao demarcar o assunto a ser trabalhado, analisando o material disponível,

verificamos que a maioria tem foco na atuação do Pedagogo, sua importância, sua preparação para atuar, as dificuldades das crianças e adolescentes acamados, ou seja, relato de vivências.

Portanto, o foco da pesquisa é a História da Classe Hospitalar no Brasil. A pesquisa

na área de história possibilita compreender melhor o seu processo de instalação assim como sua configuração atual.

Como fonte documental foram consultados diversos livros e sites acadêmicos, foi

realizado o fichamento e organização do material, para facilitar a realização do trabalho;

1. O papel do hospital ao longo da história

Para que se entenda como se dá o atendimento hospitalar na atualidade, é preciso conhecer sua trajetória de seu surgimento até tornar-se uma organização que conhecemos até hoje.

Na Antiguidade, Asclépio era considerado o deus da medicina na literatura grega e era oferecido culto a este deus como divindade curadora data de VI a.C. Em toda Grécia os doentes iam até seu templo na esperança de serem curados por intercessão divina. Neste mesmo período surgiu a medicina leiga que era exercida por peregrinos que preparavam e vendiam seus medicamentos preparados com ervas e raízes medicinais de cidade em cidade.

O maior médico da Grécia Antiga e da medicina ocidental foi Hipócrates de Cós, seu trabalho foi de suma importância para a medicina e até os dias atuais seu trabalho é reconhecido e estudado; no entanto, muitas lendas foram criadas e incorporadas à biografia de Hipócrates, sendo difícil separar o que é real e o que é lenda em sua história.

Sobre que Hipócrates sabe-se que nasceu na ilha de Cós (Grécia) em 460 A.C e morreu em Tessália, perto da cidade de Larissa, por volta de 380 a.C. Recebeu educação do próprio pai, seguindo a tradição grega de transmissão de conhecimentos profissionais dentro da própria família e, aparentemente, de mais dois professores: um médico e um ginasta conhecedor de fisiologia, seus conhecimentos correram pelo mundo e a partir dose seus estudos criou-se o estudo da anatomia humana, desencadeando a observação e a experimentação na medicina possibilitando conclusões com base no raciocínio indutivo.

Com esta descoberta foi possível conhecer e descrever precisamente várias doenças e indicar tratamentos adequados. Criador também da ciência da embriologia,

estudou ovos de galinha em vários estágios de incubação.

Algumas referências como Rosen (1979) e Calegari (2003), citam que data deste momento a criação da Escola de Cós, cujo princípio básico era a observação direta do paciente. A abordagem natural das doenças e a recusa às interpretações mágicas e religiosas predominantes na época, usando como fonte de informação primordial a análise clínica do corpo humano é seu principal mérito, seu trabalho foi importantíssimo para medicina, tanto que recebeu o título de o Pai da Medicina.

Com a conquista do mundo mediterrâneo, Roma aderiu à medicina e as questões sanitárias, os romanos foram pioneiros na organização da saúde pública, construíram sistema de esgoto, suprimento de água para as cidades, e outras instalações sanitárias que serviram de exemplo para outros povos, além de melhorar as condições higiênicas das cidades e, consequentemente a saúde da população. Nos séculos I A.C e I d. C. que Roma construiu as primeiras instituições médicas para abrigo e tratamento de pessoas doentes: "os Valetudinárias, algo como hospitais militares, visto que um império expansionista tinha como necessidade estratégica a recuperação dessa classe de doentes, para reaproveitá-los para a guerra. "(CALEGARI apud ANTUNES, 2003)

Salienta Calegari (2003), que a partir do século VI D.C, muitos estabelecimentos que cuidavam e abrigavam doentes e necessitados foram fundados pelo clero que com base na fé cristã, passaram então, a prestar diversas modalidades de assistência social, foi neste período que foram criados os asilos, que recebiam todo tipo de público. Para os cristãos as doenças eram vistas como castigos divinos ou então como prova de fé, para que acontecesse a cura era necessário além dos medicamentos, eram preciso o arrependimento dos pecados.

"Os conhecimentos médicos da antiguidade dificilmente

teriam sido transmitidos às gerações seguintes, caso não tivessem sido preservadas pelos seguidores de atitudes consideradas heréticas. Atribui-se particularmente aos nestorianos o processo de difusão da cultura grega, a partir do século V, onde o

Arcebispo Nestor rompeu teologicamente com a doutrina cristã". (CALEGARI 2003, p. 22).

No Renascimento houve grande desenvolvimento na saúde pública, neste período os homens começaram a se interessar, cada vez mais, pela tecnologia visando o poder e a ganância de vencer as guerras, e em consequência disto ao desenvolvimento da medicina, que passa a usar experimentações e distinguir e caracterizar as doenças.

No Brasil até o século XVIII não existia uma medicina oficial, as doenças eram tratadas por curandeiros e mais tarde pelos jesuítas. Os médicos eram formados em Portugal e trabalhavam nas instituições filantrópicas ou na assistência privada.

Somente nas décadas de 30 e 40, na fase da industrialização e urbanização que surge o seguro social. No governo Vargas consolidam –se os IAPS (Institutos de Aposentadoria e Pensões) em 1967 os institutos se juntaram ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e logo se organizaram através do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), além do instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Segundo o autor Rosen (1979), a medicina social surge no Brasil como resposta as questões de saúde causadas pelo processo de industrialização, num primeiro momento preocupada em atender a classe de trabalhadores sociais, hoje tem um sentindo mais amplo, pois inclui todos os grupos sociais.

2. Legislação e direitos da criança hospitalizada

A Constituição Federal de 1988, diz que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, deverá ter o apoio da sociedade, visando o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercer a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Com isso, sendo a educação um direito de todos, a criança hospitalizada está apta a receber esse direito e o Estado deve cumprir todas as medidas para o seu cumprimento.

O Decreto Lei n. 1044/69 estabelece que os alunos que se encaixam na condição

daqueles que necessitam de tratamento especial, têm direitos a exercícios domiciliares, com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com seu estado de saúde e condições do estabelecimento. Interpretando o texto legal há a possibilidade do atendimento em classes hospitalares.

A Lei n. 6.202 de 1975 trata da garantia de realização dos exercícios domiciliares a estudantes gestantes garantindo que a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante - gestante ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares, podendo este prazo ser estendido se comprovada a necessidade através de atestado médico.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) na Lei. 8069 de 13 de junho de 1990, dispõe as garantias e direitos para crianças e adolescentes que se encontram em condições de hospitalização. Seguem-se alguns dos artigos desta lei.

Art.4º- Parágrafo Único:

Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

Preferência na formulação e na execução das políticas sociais

públicas;

Art. 7º- A criança e o adolescente têm o direito à proteção e à vida e à saúde,

mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitem o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 11º-. É assegurado atendimento médico à criança e ao adolescente,

através do Sistema Único de Saúde, garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 57º- O Poder Público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas

relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

O artigo 57 deste Estatuto destina-se ao cuidado da criança e do adolescente que, por motivo de internação ou doença crônica, ficam afastados do sistema de ensino, importante dizer que a hospitalização é um dos motivos de exclusão da vida escolar, e este artigo assegura que crianças e adolescentes devem ter todo o aparato possível para que não fiquem prejudicadas nem em seu tratamento médico, e nem em sua aprendizagem escolar.

É denominada "classe hospitalar" o atendimento as crianças hospitalizadas,

prevista pelo Ministério da Educação e do Desporto, por meio da publicação da Política Nacional de Educação Especial (MEC/ SEESP, 1994).

A Resolução Nº 2, do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 11 de setembro

de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, diz que os sistemas de ensino integrados ao sistema de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado quando o aluno está impossibilitado de frequentar as aulas, em razão de tratamento de saúde.

No artigo 13 diz que a Classe Hospitalar é a responsável pela educação deste aluno durante o período de afastamento das atividades escolares regulares, bem como, de sua reintegração ao sistema escolar, a saber:

"Art. 13.Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de

saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar,

atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio.

§1º As classes hospitalares e o atendimento em ambiente domiciliar devem dar

continuidade ao processo de desenvolvimento e ao processo de aprendizagem de alunos matriculados em escolas da Educação Básica, contribuindo para o seu retorno e reintegração ao grupo escolar, e desenvolver currículo flexibilizado com crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando o seu posterior acesso à escola regular.

§2º Nos casos de que trata este Artigo, a certificação de frequência deve ser realizada com base no relatório elaborado pelo professor especializado que atende o aluno. "(BRASIL,2001 pág., 4).

3 - Formação do profissional da classe hospitalar

O hospital é mais um dos novos espaços que a educação tem aberto, porém esses novos campos defrontam com problemas na formação de profissionais para atuarem nesse contexto.

Segundo Paula (2007), para que este trabalho seja realizado é necessário a construção de um currículo para crianças e adolescentes hospitalizados, algo que não requer somente conhecimento técnico e formação pedagógica, mas necessita de todo um aparo de informações como, as características emocionais, sociais e as patologias das crianças hospitalizadas, como também conhecer a estrutura hospitalar, regras e normas.

Este profissional necessita ter clareza do seu papel no hospital e entender bem da metodologia que irá trabalhar, pois é nítida a diferença do ambiente escolar em uma sala de aula e em um hospital. No ambiente hospitalar este profissional irá trabalhar com diversos níveis de escolarização, com alunos de diversas regiões do país, tendo em vista a formação cultural desses alunos-pacientes, também influenciará no ensinoaprendizado.

Para que esse aprendizado seja efetivo, será necessário trabalhar com elementos como a criatividade, capacidade de lidar com a diversidade (CECCIM E CARVALHO, 1997). Segundo os autores citados anteriormente a função do professor no hospital, não se limita a ocupar o tempo da criança hospitalizada, e sim que esta criança possa expressar os sentimentos trazidos pela internação.

"O professor deve estar no hospital para operar com os processos afetivos de construção da aprendizagem cognitiva e permitir aquisições escolares às crianças. O contato com o professor e com uma "escola no hospital" funciona, de modo importante, como uma oportunidade de ligação com os padrões da vida cotidiana comum das crianças, como ligação com a vida em casa e na escola. A educação no hospital integraliza o atendimento pediátrico que tornam peculiar o desenvolvimento da criança. " (CECCIM, 1999, p. 43).

A função do professor em uma classe hospitalar é propor procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas para que o processo de ensino aprendizagem seja efetivo e eficaz, outro ponto a respeito deste trabalho hospitalar, é que o professor precisa ter disponibilidade para trabalho em equipe com as escolas quanto à inclusão desses educandos pós alta hospitalar.

O professor deve desenvolver seu trabalho tendo como meta uma ação educativa determinando conteúdos, elaborando planos de aula conjuntos e ajudando para garantir o respeito às necessidades individuais de cada aluno.

Um dos requisitos para se trabalhar em classes hospitalares é ser apto a trabalhar com a diversidade humana e com diferentes experiências culturais, observando às necessidades educacionais especiais de cada educando, decidindo e inserindo modificações e adaptações curriculares em um processo flexibilizador de ensino/aprendizagem.

O Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2001) aponta que o trabalho em Classe Hospitalar deve ser desenvolvido por pedagogos com habilitação em Educação Especial. O documento do Ministério da Educação, intitulado "Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações", preconiza que o professor:

[...] deverá ter a formação pedagógica preferencialmente em Educação Especial ou em cursos de Pedagogia ou licenciaturas, ter noções sobre as doenças e condições psicossociais vivenciadas pelos educandos e as características delas decorrentes, sejam do ponto de vista clínico, sejam do ponto de vista afetivo. Compete ao professor adequar e adaptar o ambiente às atividades e os materiais, planejar o dia a dia da turma, registrar e avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido. (BRASIL, 2002, p.22).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 9394/96 (BRASIL, 2013), inciso III do artigo 59, os sistemas de ensino deverão assegurar que o trabalho na Educação Especial, onde a Classe Hospitalar está incluída, contará com professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

A Pedagogia é um curso que trata dos assuntos relacionados à Educação por excelência e segundo as diretrize3s curriculares nacionais deste curso, o pedagogo está habilitado para trabalhar em educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos (EJA), coordenação educacional, gestão escolar, orientação pedagógica, pedagogia social e supervisão educacional. Além do mais, o pedagogo poderá na falta de professores especialistas, lecionar disciplinas que fazem parte do ensino fundamental II e ensino médio, outro campo de trabalho é a área técnica e cientifica da Educação, prestando assessoria.

A Educação Especial pode ser definida em uma proposta pedagógica que assegura um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais. Estes são organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação (BRASIL, 2001).

Sendo a Educação Especial uma modalidade de educação que compreende o atendimento educacional especializado realizado em classes regulares, classes especiais, classes hospitalares e atendimento domiciliar (BRASIL, 2001), e por ser a educação um direito de toda e qualquer criança ou adolescente (BRASIL, 1988), este serviço educacional deve ser garantido à criança e adolescente hospitalizados.

Sendo assim, o professor pode ser um parceiro para o período de internamento da criança, atuando em conjunto com os demais profissionais de saúde, isto irá contribuir para a recuperação e desenvolvimento desse educando.

Este profissional é de suma importância para o ambiente hospital, no entanto a classe hospitalar é uma tarefa árdua e complexa e algumas características são fundamentais para o desenvolvimento das atividades no ambiente hospitalar.

Ética profissional;

Iniciativa e dinamismo;

Capacidade de trabalhar em equipe;

Equilíbrio emocional;

Afetividade no trabalho pedagógico;

Capacidade de realizar escuta pedagógica;

Habilidade para elevar autoestima de crianças hospitalizadas;

Capacidade de adaptação curricular e metodológica.

Dessa forma, quanto maior a consciência e conhecimento das metodologias para o ensino e aprendizagem necessária na sala de aula, mais o professor se qualifica em sua atuação, principalmente se houver uma parceria com os demais envolvidos no processo. Parece, portanto, ser essencial haver investimento contínuo na formação desse profissional.

4 - Classe Hospitalar e Educação Especial

Seguindo a orientação a respeito da educação inclusiva, no qual todos têm o direito à educação de qualidade e deve ser pautada nos seguintes princípios e fundamentos, toda pessoa têm o direito de acesso à educação, pois toda pessoa aprende, o processo de aprendizagem é singular a cada pessoa. Nota-se que o trabalho da Classe Hospitalar é uma modalidade que se enquadra nos ideais da educação inclusiva e, consequentemente da Educação Especial.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 214, declara que as ações do Poder Público devem conduzir à universalização do atendimento escolar. Sendo assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional assegura que o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino (art. 5º § 5º), podendo organizar-se de diferentes formas para garantir o processo de aprendizagem (art. 23).

Segundo Menezes (2004 p.25), diz que "a Educação Especial é uma modalidade da educação escolar que busca em sua prática, apresentar encaminhamentos adequados às realidades humanas que necessitam de diferenciações nos atos pedagógicos". A Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, já citada anteriormente, entende por educação especial a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidade educacionais especiais.

Podemos citar como funções da Classe Hospitalar:

Recupera a socialização das crianças em internação, se preocupando com processos de inclusão e dá continuidade a aprendizagem, com isso surge um processo educativo que propõe a construção de novos conhecimentos.

Mantém a organização das atividades escolares, sustentando o retorno e a reintegração de seus alunos ao seu grupo escolar e social.

Ademais, pode servir como instrumento ao acesso escolar, pois algumas crianças hospitalizadas não estão formalmente matriculadas na rede de ensino devido à quantidade de internações durante o ano, o que acaba prejudicando o desempenho nas atividades previstas para seu grau escolar.

Trabalha também com os processos de desenvolvimento e aprendizagem seguindo os vínculos dos conteúdos curriculares da escola regular e que também devem ser permeados por atividades lúdicas – educativas.

Não se pode negar que o trabalho realizado pela escola em ambiente hospitalar é extremamente positivo, pois ajuda na recuperação da saúde reduzindo o tempo de internação da criança, em contrapartida os pacientes conseguem superam suas dificuldades acadêmicas e passam a participar com mais empolgação da escola e, além disso, a Classe Hospitalar ajuda a humanizar o ambiente hospitalar.

Dito isso, o professor é peça fundamental para que esse processo tenha sucesso, pois é necessário o estímulo constante desse aluno, criando formas para que o aluno consiga desafiar a própria doença dando continuidade aos trabalhos escolares e mantendo a esperança de cura. A Classe Hospitalar pode ocupar uma sala dentro do hospital ou no próprio leito do aluno – paciente caso este não possa se locomover.

O pedagogo especializado em Educação Especial é o profissional responsável pela Classe Hospitalar e dentre suas funções, segundo Ortiz e Freitas (2005, p.55) destacam:

Priorizar o resgate do poder infantil de conhecer e apreender o contexto vivido;

Implementar a continuidade ao ensino dos conteúdos da escolarização regular ou mesmo investir no trabalho escolar com conteúdos programáticos próprios à faixa etária da criança, buscando sanar dificuldades de aprendizagem e propiciar a aquisição de novos saberes;

Promover a apropriação de habilidades e aprendizagens escolares, fortalecendo o retorno e reinserção da criança no contexto do ensino regular;

− Disponibilizar a proteção à afetividade como fenômeno garantidor de aceitação

e respeito à singularidade do paciente-aluno;

- Fortalecer a construção subjetiva do viver, respaldada por superação psicológica

do adoecimento e fomentar as relações sociais como veículo de instrumentalização do aprendiz;

− Ser agente sociointerativista e estimulador do desenvolvimento socioafetivo;

Muito importante destacar que fica a cargo deste serviço atuar como instrumento

ao acesso escolar, pois algumas crianças hospitalizadas, pelo fato de diversas in-

ternações dentro do calendário escolar não estão formalmente matriculadas na rede de ensino, o que acaba prejudicando o desempenho nas atividades previstas para seu grau escolar. (Fonseca, 2005), outro ponto importante é a consolidação da aliança hospital, família e escola, que segundo ORTIZ e FREITAS (2002), é de fundamental importância no decorrer de todo o processo do aluno/paciente, tanto no início de sua internação até a alta, quanto integrar à comunidade educacional.

Assim, o hospital precisa propiciar aos seus pacientes e familiares, um ambiente

mais humanizado, e o trabalho da Classe hospitalar surge neste cenário preocupada em levar para seus alunos-pacientes mais integração entre todos, amenizar os traumas da internação e trazer novas perspectivas e esperança na cura.

4.1 Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações.

Este documento tem como objetivo central incentivar a criação do atendimento pedagógico em ambiente hospitalar e domiciliar, de forma a assegurar a educação básica de alunos que, por motivo de internação ou doença, precisam permanecer por um período no hospital ou em suas casas, não podendo frequentar a rede regular de ensino, assim designado:

Fica a cargo das classes hospitalares e ao atendimento pedagógico domiciliar elaborar estratégias e orientações para possibilitar o acompanhamento pedagógico-educacional do processo de desenvolvimento e construção do conhecimento de crianças, jovens e adultos matriculados ou não nos sistemas de ensino regular, no âmbito da educação básica e que encontram-se impossibilitados de frequentar escola, temporária ou permanentemente e, garantir a manutenção do vínculo com as escolas por meio de um currículo flexibilizado e/ou adaptado, favorecendo seu ingresso, retorno ou adequada integração ao seu grupo escolar correspondente, como parte do direito de atenção integral. (MEC, SEESP, 2002, pág.13)

O embasamento deste documento está fortemente fixado na política de inclusão e contribui para a humanização da assistência hospitalar. Além disso, traz esclarecimento sobre as questões que norteiam a classe hospitalar, desde como deve ser feita sua implantação até o seu funcionamento: recursos humanos, quadro de funcionários, integração com a escola, recursos e atendimento pedagógico, entre outros. Ademais as diversas leis que estabelecem a necessidade e a importância da implementação da Classe Hospitalar nos hospitais brasileiros, notamos que ainda há uma defasagem muito grande deste serviço.

Mesmo com a contribuição do documento proposto pelo MEC anteriormente citado, em conjunto com representantes do sistema de educação e saúde, que estabelece estratégias de orientações para a oferta do atendimento pedagógico em ambientes hospitalares e domiciliares, observa-se que ainda é preciso um maior esclarecimento sobre a importância deste serviço para a comunidade, secretarias de educação e saúde, a fim de que todos tornem-se conscientes de sua importância para a garantia de qualidade de vida e continuidade de atendimento escolar, para crianças e adolescentes.

É dever prioritariamente do Estado e da sociedade, combater todos os fatores que afastam crianças e adolescentes do sistema escolar, e isto está além de conhecer o problema, mas é preciso ter políticas públicas para a criação de condições favoráveis para essa lacuna que há na área da educação hospitalar seja suprimida.

Considerações Finais

Este artigo teve o intuito de demonstrar um breve relato do percurso histórico da medicina e da educação, como surgiu o atendimento pedagógico hospitalar e sua importância para o desenvolvimento de crianças e adolescentes enfermos.

A criança e o adolescente sofrem um processo de desestruturação emocional quando descobrem que precisam de um tratamento para sua doença e que este fato pode acarretar dias, semanas ou meses, de internação em um hospital. Os sentimentos de angústia, medo e dor durante o tratamento podem levar o paciente à desistência do papel de construtor de sua história e da desistência de adquirir aprendizagem. Outro agravante é que com o passar do tempo, o aluno-paciente, recolhido em seu novo ambiente sente que está excluído do círculo social em que convivia, pela sua ausência e por sua nova condição física.

Portanto, a Classe Hospitalar é uma modalidade de ensino, que se adaptou ao ambiente hospitalar e que procura diminuir os muitos motivos de infelicidade para o aluno, através de atividades escolares.

Cabe ao pedagogo, despertar em seus alunos, as habilidades necessárias para elevar a autoestima, a comunicação escrita e oral, o pensamento lógico e racional para solucionar problemas e tomadas de decisões, além da aprendizagem sobre o exercício da cidadania, como a responsabilidade social e ética, desenvolvendo o senso de responsabilidade nos alunos e transmitir valores na formação humana.

O professor da Classe Hospitalar, deve ser sensível às condições de vulnerabilidade e fragilidade dos alunos-pacientes, pois tem um importante papel para garantir o esta-

belecimento de uma desejável condição de confiança propiciando condições de bem-estar, estimulando a autonomia, principalmente criando vínculo afetivo que certamente, incorrerá em melhoria das condições dos alunos, porém precisa estar ciente que para cada dia de trabalho formula-se um planejamento estruturado e flexível. O tempo das atividades deve ser delimitado e apresentando começo, meio e fim.

O professor que atua na Classe Hospitalar tem uma função social importantíssima, pois é a ponte mais importante na ajuda para seu aluno, junto com os pais e familiares, ao crescimento e independência das crianças.

Claro que no que se diz respeito ao profissional da classe hospitalar envolvido, ainda existem algumas dificuldades a serem ultrapassadas onde às vezes a integração entre os setores da educação e saúde seja a forma de assegurar o direito da criança e adolescente hospitalizado.

Cabe a sociedade exigir que este atendimento seja oferecido, priorizando o envolvimento entre a família, a escola e o hospital na construção de estratégias pedagógico educacionais para a melhora do quadro clínico da criança e do adolescente, garantindo que seus direitos sejam preservados nesse momento de fragilidade que é ocasionado pela doença.

Na perspectiva de uma educação inclusiva, atendendo à diversidade dos alunos, a criação do atendimento educacional em ambientes hospitalares e domiciliares é fruto do reconhecimento formal, de que independentemente do tipo e período de internamento, esses alunos têm direito à educação.

Assim, a Classe Hospitalar é uma nova modalidade da Educação Especial que visa a troca e a construção coletiva do conhecimento, dirigida por um atendimento pedagógico pautado nas potencialidades individuais da criança hospitalizada, no qual a construção do conhecimento se transforma num eficiente remédio para aliviar a dor, o sofrimento físico, emocional e social.

Conclui-se que é de suma importância a intervenção pedagógica em ambiente hospitalar, com a finalidade de que a criança e o adolescente hospitalizado sejam atendidos em sua integralidade e que as condições necessárias sejam disponibilizadas, para que seu desenvolvimento e aprendizado continue acontecendo mesmo num ambiente clínico.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC, SEESP, 1994.

CALEGARI. Aparecida M. As inter-relações entre educação e saúde: implicações no trabalho pedagógico no contexto hospitalar. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2003.

CECCIM, R.B.; CARVALHO, P.R.A. Criança hospitalizada: atenção integral como escuta à vida. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

CECCIM, R.B. Classe hospitalar: encontros da educação e da saúde no ambiente hospitalar. Revista Pedagógica Pátio, n. 10, p. 41-44, ago./out. 1999.

DENARI. Fátima E. Educação: cidadania e diversidade: a ótica da educação especial Em: BRASIL/CNE/UNESCO. Conferências do Fórum Brasil de Educação. Brasília: DF, 2004.

FONSECA, Eneida Simões da. Atendimento pedagógico – educacional para crianças e jovens hospitalizados: realidade nacional. Brasília: Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

FONSECA, E. S. A escola da criança doente. Pedagogia e escolarização no hospital. Curitiba. Ibpex, 2011.

FONTES, Rejane de S. A reinvenção da escola a partir de uma experiência instituinte em hospital. Educação e Pesquisa, maio/agosto. 2004, vol.30, no.2, p.271-282. ISSN 1517- 9702.

A escuta pedagógica à criança hospitalizada: discutindo o papel da educação no hospital. Revista Brasileira de Educação. Maio/agosto, 2005. no. 29, p.119-138. ISSN1413-2478.

JANNUZZI, Gilberta S. de M., A educação do deficiente no brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores associados, 2004- coleção educação contemporânea.

MENEZES. Cinthya Vernizi A. de. A necessidade da formação do pedagogo para atuar em ambiente hospitalar: um estudo de caso em enfermarias pediátricas do hospital de clínicas da UFPR. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, 2004.

ORTIZ, Leodi Conceição Meireles. FREITAS, Soraia Napoleão. Considerações acerca da inclusão de crianças pós-hospitalizadas.

PAULA, E.M.A.T. O ensino fundamental na escola do hospital: espaço de diversidade e cidadania. Revista Educação Unisinos, Rio Grande do Sul, v. 11, n. 3, p. 156-164, 2007. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5717. Acesso: 30 de outubro de 2023.

SAVIANI, Demerval. A nova lei de educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, Autores Associados, 2003. VYGOTSKY, Lev. S., Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZOMBINI, E.V. Classe Hospitalar; uma

estratégia para a promoção da saúde da criança.

Dissertação. Mestrado em Saúde. Universidade de São Paulo, 2011.

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_01.pdf . Acesso 05 de maio 2023.

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf . Acesso 10 de maio 2023.

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf. Acesso 10 de maio 2023.

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf . Acesso 10 de maio 2023.

http://www.unioeste.br/huop/artigoseic/Projeto%20EIC%20Hospitais.pdf . Acesso 12 de maio 2023.

http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm . acesso 12 de maio 2023.

http://portal.saude.sp.gov.br/resources/gestor/acesso_rapido/auditoria/manual_PNHAH.pdf. Acesso 15 de maio 2023.

http://portal.saude.sp.gov.br/resources/gestor/acesso_rapido/auditoria/manual_PNHAH.pdf http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del1044.htm. Acesso 15 de maio 2023.

http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS?L8069.htm. Acesso 15 de maio 2023.

http://www2.camara.gov.br/publicacoes/internet/publicacoes/estatutocrianca.pdf. Acesso 15 de maio 2023.

http://www2.camara.gov.br/publicacoes/internet/publicacoes/estatutocrianca.pdf. Acesso 15 de maio 2023.

http://lucimaramaia.com.br/anexos/CriancaAdolescente.pdf . Acesso 15 de maio 2023. http://www.scielo.org/php/index.php . Acesso 20 de maio 2023.

http://www.corderovirtual.com.br/mundo/detalhe_noticiamundo.php?codigo=11878. Acesso 20 de maio 2023.

http://www.corderovirtual.com.br/mundo/detalhe_noticiamundo.php?codigo=11878 . Acesso 20 de maio 2023.

http://www.escolahospitalar.uerj.br/como.htm . Acesso 20 de maio 2023.

http://www.educador.brasilescola.com/politica-educacional/direito-educacao.htm . Acesso 20 de maio 2023.